

Contas Regionais

2015 e 2016Po

Retificação: No lead, último parágrafo (...) o Cávado, onde se lia 1,4% passou a ler-se 1,3%

Em 2016, o Algarve registou o maior crescimento do PIB em volume

De acordo com os resultados provisórios de 2016, todas as regiões registaram crescimento real do PIB. O Algarve (2,6%), o Norte (1,9%), o Centro (1,8%) e a Região Autónoma dos Açores (1,6%) apresentaram variações reais superiores à média nacional, enquanto a Área Metropolitana de Lisboa (1,2%), a Região Autónoma da Madeira (0,9%) e o Alentejo (0,5%) registaram crescimentos menores que o país.

A análise da convergência económica das regiões NUTS III, revela uma diminuição das disparidades regionais no período de 2000 a 2015, com as regiões mais pobres a apresentarem taxas de crescimento do PIB *per capita* e da produtividade muito superior à média do país.

As assimetrias do PIB *per capita* avaliado em PPC face à média europeia (UE28) entre a região portuguesa mais rica e a mais pobre, diminuíram cerca de 10 p.p, de 75,2% em 2000 para 65,1% em 2015.

De acordo com a metodologia shift-share dinâmica de decomposição territorial do crescimento do VAB, o fator competitividade foi fundamental para as regiões com maior crescimento no período 2000 a 2015. Com efeito, o Cávado, o Baixo Alentejo (1,3%, ambos) e a Região Autónoma dos Açores (1,2%) apresentam os maiores índices do fator competitividade e, com exceção dos Açores, os piores índices do fator estrutural.

O INE divulga as Contas Regionais finais de 2015 e provisórias de 2016. Os resultados apresentados são consistentes com as Contas Nacionais Anuais, finais para 2015 e provisórias para 2016, publicadas em 22 de setembro de 2017.

Para além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder no portal do INE, na área das Contas Nacionais, especificamente em D – Contas Regionais, a toda a informação detalhada disponível:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010&contexto=cr&selTab=tab3&perfil=220674544&INST=220617235

Com o presente destaque, onde são apresentados os resultados de 2015 e 2016, é ainda divulgada uma nova série do PIB regional em PPC para o período 2000 a 2016. Os dados agora disponibilizados incorporam a informação mais recente de PPC disponibilizada pelo Eurostat (e pelo INE) a 14 de dezembro de 2017.

Beneficiando da existência da série coerente e completa de Contas Regionais de 2000 a 2015, realizou-se uma análise da convergência para o período, apresentada no ponto V. Foi ainda desenvolvido um estudo das dinâmicas de crescimento económico regional no mesmo período, tendo por base a metodologia shift-share dinâmica de decomposição territorial da taxa de crescimento médio do VAB. Os resultados encontram-se numa caixa, no final do destaque.

I. Produto Interno Bruto

1. Resultados provisórios de 2016

Quadro 1

Produto Interno Bruto por NUTS II – 2016Po

Regiões	2016Po			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	54.462	29,4	3,3	1,9
Centro	35.275	19,0	3,2	1,8
A. M. Lisboa	66.521	35,9	2,6	1,2
Alentejo	12.163	6,6	1,9	0,5
Algarve	8.323	4,5	5,4	2,6
R. A. Açores	3.927	2,1	2,5	1,6
R. A. Madeira	4.353	2,4	2,7	0,9
Extra-regio	155	0,1	2,8	1,4
Portugal	185.179	100,0	3,0	1,5

Em 2016, o PIB nacional registou um acréscimo nominal de 3,0% e real de 1,5%. Estima-se que o PIB tenha crescido nominalmente acima da média nacional no Algarve (5,4%), no Norte (3,3%) e no Centro (3,2%). As restantes regiões apresentaram crescimentos nominais inferiores ao do país: Região Autónoma da Madeira (2,7%), Área Metropolitana de Lisboa (2,6%), Região Autónoma dos Açores (2,5%) e Alentejo (1,9%). Note-se que as dificuldades do setor financeiro e as restrições resultantes do programa de ajustamento, com impacto visível na atividade das Administrações Públicas, repercutiram-se de forma desigual nas várias regiões do país, com maior incidência na Área Metropolitana de Lisboa e na Região Autónoma da Madeira.

Em termos reais, estima-se que todas as regiões tenham registado aumento do PIB. O Algarve (2,6%), o Norte (1,9%), o Centro (1,8%) e a Região Autónoma dos Açores (1,6%) apresentaram crescimentos reais superiores à média nacional, tendo a Área Metropolitana de Lisboa (1,2%), a Região Autónoma da Madeira (0,9%) e o Alentejo (0,5%) registado variações inferiores à média.

O aumento da atividade do ramo do comércio, transportes, alojamento e restauração, ramo mais relevante na estrutura produtiva da região do Algarve, foi determinante para o crescimento real do PIB desta região. O desempenho deste ramo foi igualmente importante para o crescimento do PIB ocorrido no Norte e Centro, regiões onde era o segundo ramo de atividade mais relevante nas respetivas estruturas produtivas.

O acréscimo real ocorrido no VAB do ramo da indústria e energia nas regiões do Centro (2,2%) e do Norte (2,1%) foi também determinante para apresentarem crescimento superior à média nacional em 2016. Desempenho oposto verificou-se na região do Alentejo, com um decréscimo de 0,5% no VAB deste ramo.

2. Resultados finais de 2015

Em 2015, o PIB nacional registou um crescimento nominal de 3,9% e real de 1,8%. O PIB regional, em termos nominais, apresentou variações positivas em todas as regiões, verificando-se as mais acentuadas, e superiores à média nacional, no Alentejo (7,5%), no Algarve (5,2%) e no Centro (4,8%). Na região Norte o aumento do PIB foi igual à média do país (3,9%), enquanto a Região Autónoma dos Açores (3,3%), a Região Autónoma da Madeira (2,7%) e a Área Metropolitana de Lisboa (2,6%) apresentaram crescimentos nominais inferiores.

Quadro 2

Produto Interno Bruto por NUTS II – 2015

Regiões	2015			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	52.740	29,3	3,9	2,2
Centro	34.194	19,0	4,8	2,9
A. M. Lisboa	64.823	36,1	2,6	0,3
Alentejo	11.941	6,6	7,5	3,6
Algarve	7.894	4,4	5,2	3,1
R. A. Açores	3.830	2,1	3,3	3,0
R. A. Madeira	4.237	2,4	2,7	1,6
Extra-regio	151	0,1	262,4	258,7
Portugal	179.809	100,0	3,9	1,8

Em volume, o PIB aumentou em todas as regiões do país em 2015, com intensidade superior à média no Alentejo (3,6%), no Algarve (3,1%), na Região Autónoma dos Açores (3,0%), no Centro (2,9%) e no Norte (2,2%). A Área Metropolitana de Lisboa (0,3%) e a Região Autónoma da Madeira (1,6%) foram as regiões que apresentaram crescimentos reais menos expressivos, inferiores à média nacional (1,8%), devido, principalmente, à contração do VAB das atividades financeiras e de seguros (-9,1% na Área Metropolitana de Lisboa e -7,0% na Região Autónoma da Madeira), bem como crescimentos reais inferiores ao país nos ramos comércio, transportes, alojamento e restauração e administração pública, defesa, saúde e educação. Refira-se ainda que, excluindo as empresas que operam a partir do Centro Internacional de Negócios da Madeira, o PIB da Região Autónoma da Madeira teria crescido 2,0%, ligeiramente acima da média nacional.

Quadro 3

VAB, Produtividade e Custo trabalho por unidade produzida por NUTS II – 2015

Regiões								
	VAB		Variação					
	10 ⁶ Euros	%	Valor (%)	Volume (%)	Indivíduos totais (%)	Produtividade (%)	Remuneração Média (%)	Custo Trabalho por Unidade
Norte	45.997	29,3	3,6	2,0	1,7	0,4	0,2	-0,1
Centro	29.822	19,0	4,5	2,7	0,2	2,5	1,2	-1,3
A. M. Lisboa	56.535	36,0	2,3	0,1	1,5	-1,4	0,5	1,9
Alentejo	10.414	6,6	7,3	3,4	0,8	2,6	-0,3	-2,8
Algarve	6.885	4,4	5,0	2,9	2,9	0,0	0,1	0,2
R. A. Açores	3.340	2,1	3,1	2,8	6,5	-3,5	-3,9	-0,5
R. A. Madeira	3.715	2,4	2,4	1,3	0,6	0,8	0,9	0,2
Extra-regio	132	0,1	261,5	258,1	20,5	197,1	252,3	18,6
Portugal	156.839	100,0	3,6	1,6	1,4	0,3	0,4	0,2

Em 2015 a produtividade do trabalho, avaliada pelo quociente entre o VAB em termos reais e o emprego medido em Indivíduos totais, diminuiu na Região Autónoma dos Açores (-3,5%) e na Área Metropolitana de Lisboa (-1,4%). Note-se que a Região Autónoma dos Açores, embora tendo apresentado um crescimento real do VAB (2,8%) claramente acima da média do país, registou um aumento significativo do emprego (6,5%), devido fundamentalmente ao acréscimo ocorrido no ramo da administração pública, defesa, educação e saúde.

Com exceção do Algarve, com variação nula, registou-se aumento de produtividade nas restantes regiões, sendo menos expressivo no Norte (0,4%) e na Região Autónoma da Madeira (0,8%) e mais intenso no Centro (2,5%) e no Alentejo (2,6%).

O resultado da evolução do diferencial do crescimento da produtividade face à remuneração média, traduziu-se na diminuição do custo de trabalho por unidade produzida (CTUP) nas regiões do Alentejo (-2,8%), Centro (-1,3%), Região Autónoma dos Açores (-0,5%) e Norte (-0,1%).

O aumento dos CTUP observado na Área Metropolitana de Lisboa (1,9%) deveu-se à diminuição da produtividade (-1,4%), acompanhada por um ligeiro acréscimo na remuneração média anual (0,5%). Na Região Autónoma da Madeira e no Algarve registou-se um ligeiro acréscimo do CTUP (0,2%), em resultado da variação da remuneração média ter sido ligeiramente superior à da produtividade.

II. Formação Bruta de Capital Fixo de 2015

A Formação Bruta de Capital Fixo do país registou um crescimento de 7,1% em 2015 face ao ano anterior, atingindo 27 844 milhões de euros. À exceção da Região Autónoma da Madeira, cujo contributo foi negativo (-0,1 p.p.), todas as regiões apresentaram contributos positivos: a Área Metropolitana de Lisboa (2,9 p.p.), o Centro (1,7 p.p.), o Norte (1,6 p.p.), o Alentejo e o Algarve (com 0,4 p.p. cada) e a Região Autónoma dos Açores (0,2 p.p.).

Quadro 4

Formação Bruta de Capital Fixo por NUTS II - 2015

Regiões	2015		Variação Anual (%)	Contributos para a Variação Anual Nacional (p.p.)
	10 ⁶ Euros	%		
Norte	8.775	31,5	5,1	1,6
Centro	5.237	18,8	8,9	1,7
A. M. Lisboa	9.395	33,7	8,8	2,9
Alentejo	2.139	7,7	5,4	0,4
Algarve	1.208	4,3	8,8	0,4
R. A. Açores	543	1,9	9,8	0,2
R. A. Madeira	546	2,0	-3,0	-0,1
Extra-regio	2	0,0	-20,4	0,0
Portugal	27.844	100,0	7,1	7,1

Enquanto na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, o aumento da Formação Bruta de Capital Fixo esteve associado, sobretudo, ao investimento das atividades imobiliárias, no Norte, no Alentejo e na Região Autónoma dos Açores foi o investimento do ramo do comércio, transportes, alojamento e restauração o principal responsável. Na região Centro, o aumento da Formação Bruta de Capital Fixo resultou, principalmente, do investimento na indústria, incluindo energia. Na Região Autónoma da Madeira, o contributo negativo foi principalmente explicado pelo decréscimo do investimento do ramo administração pública, saúde e educação, muito influenciado pelo setor das Administrações Públicas (próximo dos 21 milhões de euros).

Em 2015 a região de Lisboa apresentou um investimento de 9 395 milhões de euros, que correspondia a 33,7% do total do investimento nacional, seguida do Norte (8 775 milhões de euros; 31,5% do total) e Centro (5 237 milhões de euros; 18,8%). As restantes quatro regiões foram responsáveis apenas por cerca de 16% do investimento total, sendo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira as que evidenciaram menor contributo (1,9% e 2,0%, respetivamente).

III. Contas das famílias de 2015

Em 2015, o Rendimento Primário Bruto (RP¹) fixou-se em 121 708 milhões de euros e o Rendimento Disponível Bruto (RD²) em 120 757 milhões de euros, o que correspondeu a acréscimos relativamente a 2014, de 2,9% e 3,4%, respetivamente.

No quadro 5, pode observar-se que o RP cresceu acima do país nas regiões Norte (+3,7%), Centro (+3,4%) e Algarve (+3,3%). A região com menor crescimento foi a Área Metropolitana de Lisboa (+1,9%), sobretudo devido ao comportamento do saldo dos rendimentos de propriedade, que passou de 41,5% do país em 2014, para 38,4% em 2015. Seguiram-se a Região Autónoma da Madeira (+2,1%), a Região Autónoma dos Açores (+2,5%) e o Alentejo (+2,7%).

Quanto ao RD, os maiores acréscimos registaram-se no Centro (+4,2%), na Região Autónoma dos Açores (+4,1%) e no Norte (+3,7%). A Região Autónoma da Madeira (+2,6%) apresentou o menor aumento, seguida da Área Metropolitana de Lisboa, do Alentejo e do Algarve, com acréscimos idênticos (+2,8%).

Quadro 5

Rendimento Primário e Rendimento Disponível das Famílias por NUTS II - 2015

Regiões	2015					
	RP			RD		
	Total	Estrutura	Variação Anual	Total	Estrutura	Variação Anual
	10 ⁶ Euros	%	%	10 ⁶ Euros	%	%
Norte	36.143	29,7	3,7	36.705	30,4	3,7
Centro	23.505	19,3	3,4	24.778	20,5	4,2
A. M. Lisboa	43.108	35,4	1,9	39.847	33,0	2,8
Alentejo	7.737	6,4	2,7	8.077	6,7	2,8
Algarve	5.532	4,5	3,3	5.444	4,5	2,8
R. A. Açores	2.855	2,3	2,5	2.905	2,4	4,1
R. A. Madeira	2.730	2,2	2,1	2.913	2,4	2,6
Extra-regio	98	0,1	324,6	87	0,1	332,6
Portugal	121.708	100,0	2,9	120.757	100,0	3,4

Em termos de assimetrias regionais (NUTS II), embora as diferenças regionais do RP *per capita* e, sobretudo, do RD *per capita* das famílias sejam significativas, apresentavam valores inferiores aos do PIB *per capita*, como se pode observar no quadro abaixo. Em 2015, e à semelhança dos anos anteriores, a Área Metropolitana de Lisboa apresentava o PIB *per capita* mais elevado, excedendo em 58,0% o do Norte (o menor). Os valores de RP e de RD *per capita* da Área Metropolitana de Lisboa encontravam-se, respetivamente, 53,3 % e 39,5% acima da região Norte. Como seria de esperar, a redistribuição dos rendimentos reduziu de forma significativa as diferenças entre as regiões.

¹ Rendimentos diretos das famílias gerados pela sua participação no processo produtivo e saldo dos rendimentos de propriedade.

² Resulta das alterações no RP decorrentes da ação redistributiva dos rendimentos pela política fiscal e do saldo das outras transferências correntes.

Quadro 6

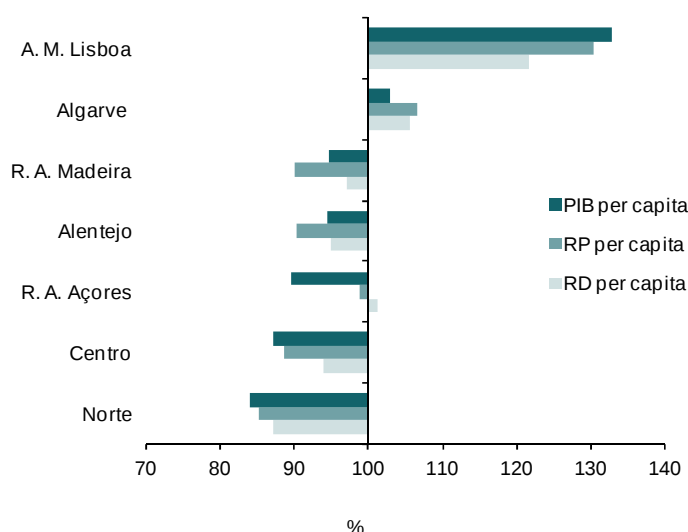
Distribuição regional do PIB, RP e RD *per capita* por NUTS II - 2015

Regiões	2015		
	PIB pc	RP pc	RD pc
	euros	euros	euros
Norte	14.598	10.004	10.160
Centro	15.129	10.399	10.963
A. M. Lisboa	23.061	15.336	14.176
Alentejo	16.382	10.615	11.082
Algarve	17.871	12.524	12.325
R. A. Açores	15.564	11.604	11.806
R. A. Madeira	16.451	10.598	11.312
Portugal	17.359	11.750	11.658
Máx-Min	8.463	5.332	4.016

Em termos regionais, a relação entre o RP e o RD caracterizava-se por uma certa simetria, na medida em que as regiões que apresentam maior RP *per capita*, tendiam a ser também as que apresentavam maior ajustamento negativo do RD *per capita* e vice-versa. Assim, em 2015, na Área Metropolitana de Lisboa o índice de RD *per capita* foi 9 p.p. menor que o índice de RP *per capita*. Nesse mesmo ano, as regiões que mais beneficiaram das transferências sociais (quase integralmente da responsabilidade das administrações públicas), foram a Região Autónoma da Madeira, que aumentou o RD face ao RP 7 p.p., e o Centro e o Alentejo, ambas com aumentos de 5 p.p..

Figura 1

Índices de disparidade do PIB, RP e RD *per capita* por NUTS II – 2015



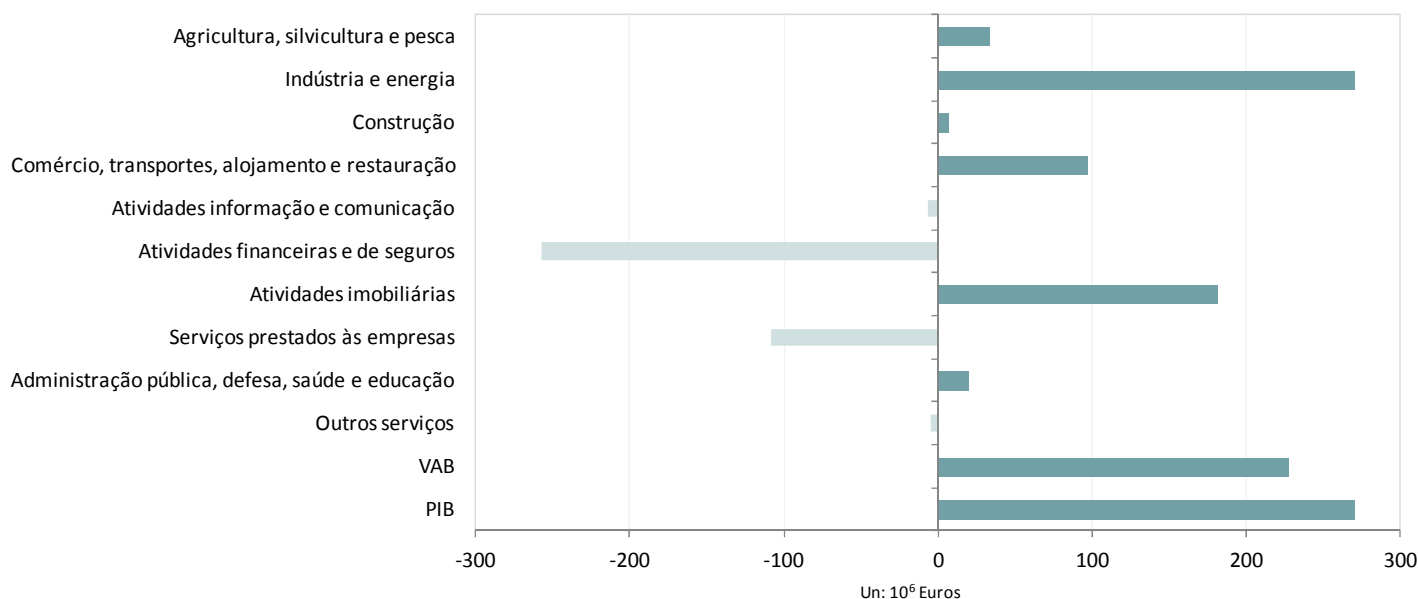
IV. Revisões das estimativas preliminares de 2015

Os resultados de 2015, agora divulgados, consistentes com os valores das Contas Nacionais de 2015, que disponibilizam informação mais completa, nomeadamente de natureza estrutural e de origem administrativa, apresentam revisões face às estimativas preliminares publicadas em dezembro de 2016.

Em termos nominais, a figura seguinte indica as revisões registadas no VAB dos diferentes ramos de atividade para o total do País.

Figura 2

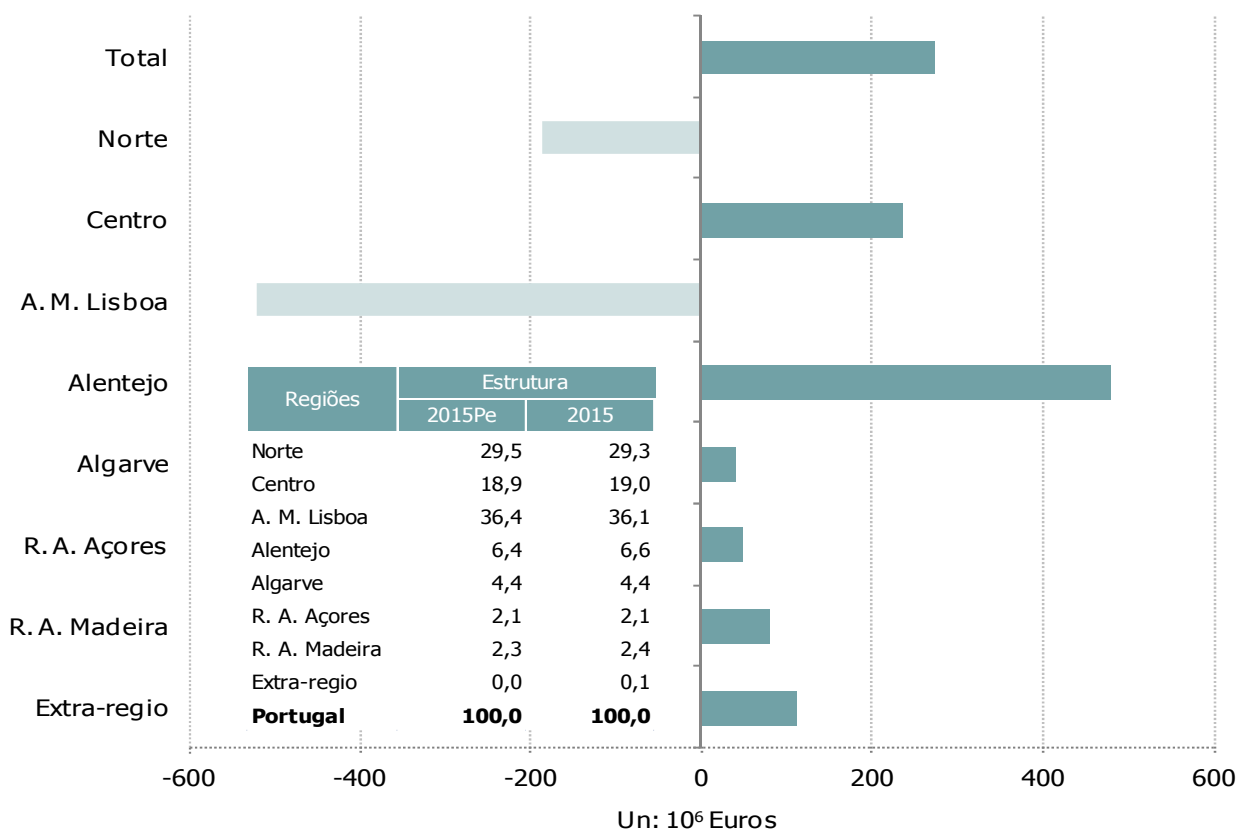
Revisão do PIB Nacional em termos nominais – 2015



Naturalmente, sendo a distribuição dos ramos de atividade no território nacional heterogénea, as revisões tiveram impactos diferenciados nas estimativas regionais preliminares conforme se ilustra na figura seguinte.

Figura 3

Revisões do PIB por NUTS II em termos nominais e da estrutura- 2015



A revisão em alta do VAB da indústria, incluindo energia, ramo particularmente relevante na estrutura produtiva das regiões Alentejo e Centro, explica o aumento nominal do PIB nestas regiões quando se comparam os resultados definitivos e preliminares de 2015. A revisão em alta no VAB do ramo das atividades imobiliárias refletiu-se de forma positiva no VAB de todas as regiões do país principalmente no crescimento do PIB da região do Algarve.

Pelo contrário, a revisão em baixa do VAB das atividades financeiras e de seguros e dos serviços prestados às empresas, teve particular impacto na Área Metropolitana de Lisboa, região onde se concentram, explicando a diminuição do valor do PIB da região relativamente ao valor preliminar.

De notar que as revisões introduzidas não alteraram substancialmente a estrutura regional do PIB, apenas se registou uma ligeira diminuição do peso da Área Metropolitana de Lisboa e do Norte a favor das regiões Alentejo, Centro e Região Autónoma da Madeira.

V. Coesão / Convergência Regional no período de 2000 a 2015

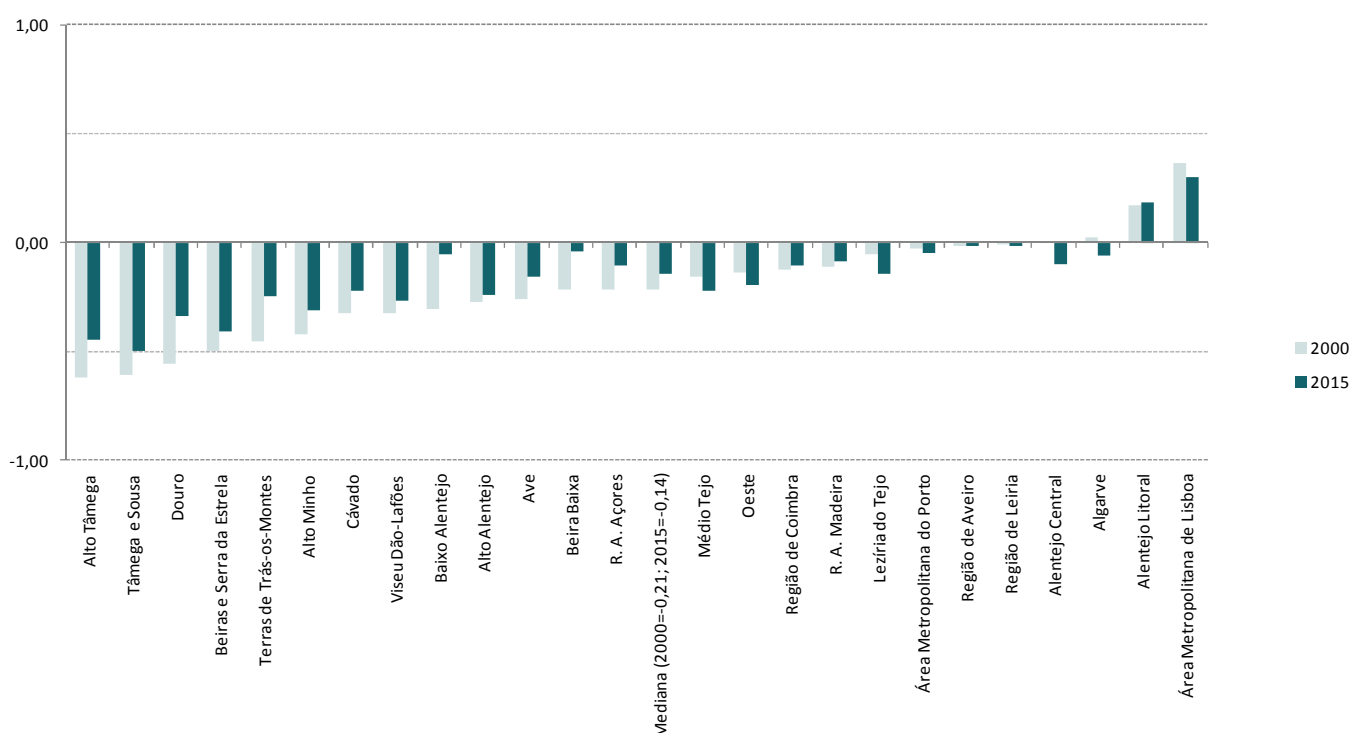
Beneficiando da existência de dados em SEC 2010, atualizados e coerentes para uma série de 16 anos, procedeu-se à análise da convergência económica das regiões portuguesas, para as dimensões territoriais NUTS II e III, no período 2000-2015. A coesão regional é normalmente avaliada através da expressão atingida pelas assimetrias regionais do PIB *per capita*³ e da produtividade⁴, no contexto do país e da União Europeia (UE).

1. As diferenças regionais no PIB *per capita* e na produtividade

A comparação das diferenças do PIB *per capita* regional e da produtividade face à respetiva média do país, é indicador da existência de processos de convergência. A figura 4 representa as diferenças do primeiro indicador nos anos 2000 e 2015, em escala logarítmica e tendo por base o PIB *per capita* a preços constantes de 2000.

Figura 4 - Diferenças do PIB *per capita* por NUTS III em relação à média

(logaritmos; ordem crescente de 2000; Preços 2000=100)



A dinâmica do PIB *per capita* indica que terá havido um processo de convergência, uma vez que, na maior parte das regiões, a diferença do PIB *per capita* face à média nacional diminuiu. Embora em 2015 existissem 23 regiões onde este indicador era inferior à média do país, na maioria dessas regiões a diferença diminuiu comparativamente com o

³ O indicador PIB *per capita* relaciona o PIB gerado num dado país ou região, com a população residente.

⁴ Produtividade avaliada pelo quociente entre o PIB e o número de indivíduos totais empregados.

ano 2000, o que indica a existência de convergência no período. A mediana passou de -0,21 em 2000 para -0,14 em 2015, indicando igualmente uma diminuição da disparidade.

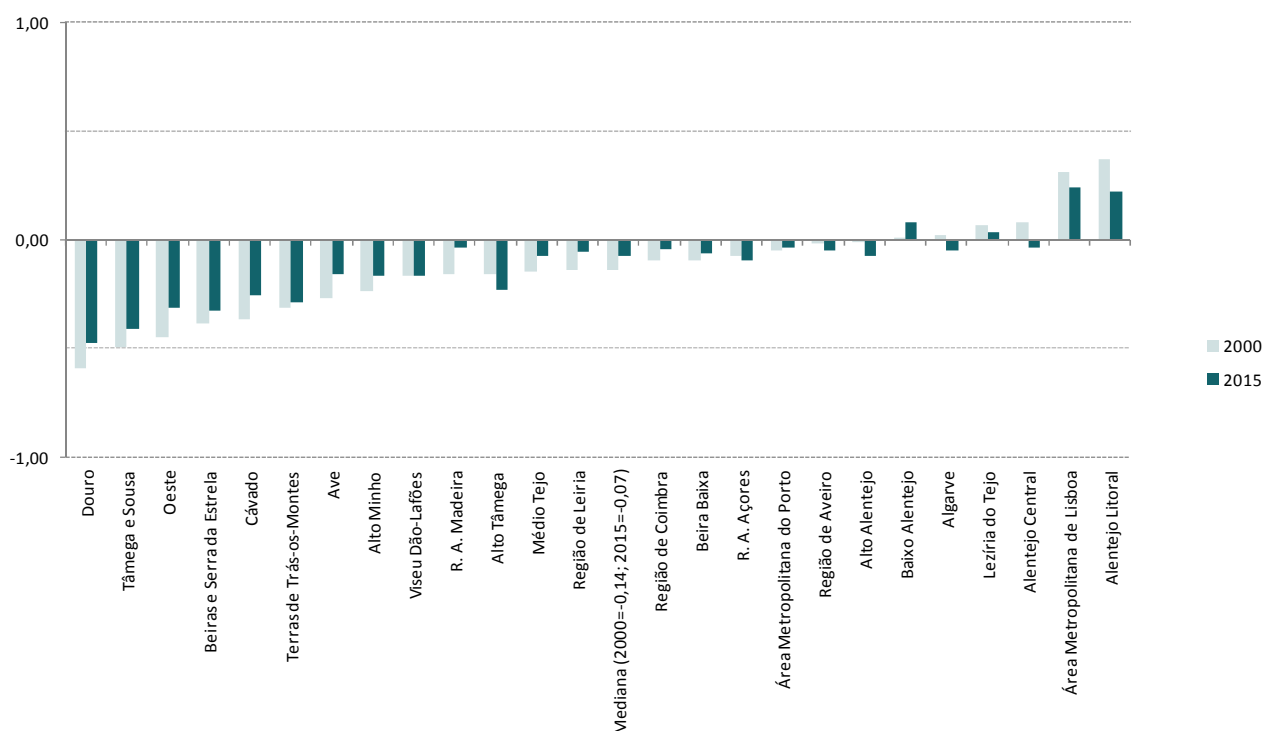
Das 21 regiões com PIB *per capita* inferior à média do país em 2000, 15 regiões aproximaram-se do valor nacional em 2015. Destas, destacam-se o Baixo Alentejo, Douro, Terras de Trás-os-Montes, Beira Baixa e Alto Tâmega como as regiões com maior convergência. Em sentido inverso, a Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Oeste, Área Metropolitana do Porto e Região de Aveiro registaram um ligeiro afastamento do PIB *per capita* face à média nacional em 2015. A Região de Leiria manteve o seu distanciamento.

Das 4 regiões que, em 2000, tinham um PIB *per capita* superior à média do país, destaca-se o Alentejo Central e o Algarve que, em 2015, passaram a ter um PIB *per capita* inferior ao do país, enquanto o Alentejo Litoral aumentou ligeiramente. A Área Metropolitana de Lisboa, embora com PIB *per capita* claramente acima da média do país, registou uma diminuição deste indicador.

Na figura 5 estão representadas as diferenças logarítmicas da Produtividade de cada região NUTS III relativamente à média nacional, nos anos de 2000 e 2015.

Figura 5 - Diferenças da Produtividade por NUTS III em relação à média do país

(logaritmos; ordem crescente de 2000)



A dinâmica da produtividade do trabalho indicia igualmente a existência de um processo de convergência, uma vez que na maior parte das regiões NUTS III, a diferença da produtividade face à média nacional diminuiu.

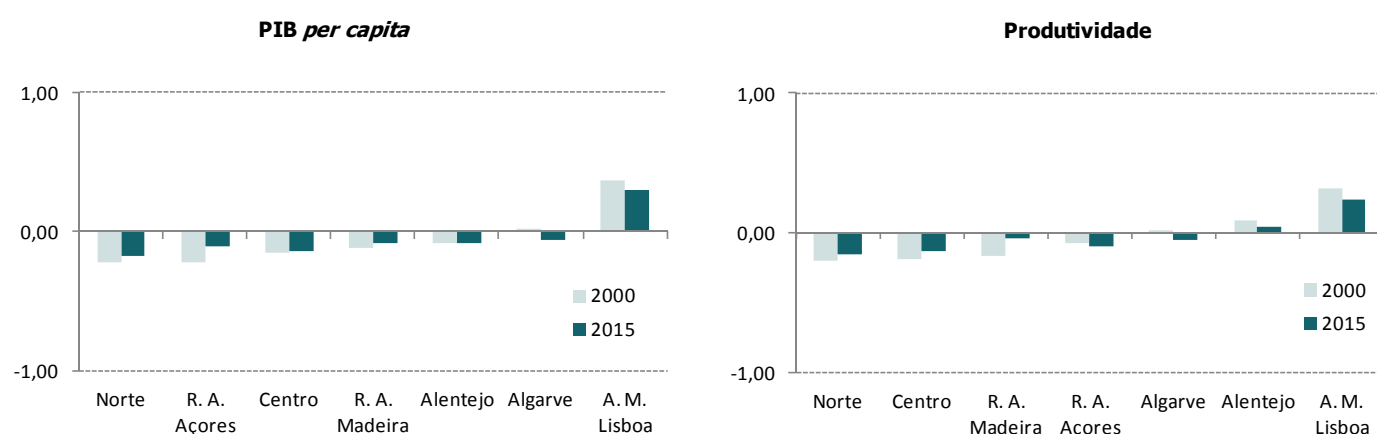
Das 19 regiões que, em 2000, apresentavam produtividade inferior à média do país, 15 recuperaram parte da distância, embora nenhuma delas passasse a ter produtividade superior à média do país em 2015, o que indica que, apesar da melhoria deste indicador, as assimetrias regionais persistiam. Destas regiões destacam-se o Oeste e a Região Autónoma da Madeira, com maiores aproximações das respetivas produtividades à do país.

Igualmente a mediana diminuiu, passando de -0,14 para -0,07, indicando uma aproximação das regiões com menor produtividade à média do país.

Tendo por base a comparação das diferenças do PIB *per capita* e da produtividade de cada região com a média do país, verifica-se uma menor disparidade regional da produtividade e uma maior convergência entre 2000 e 2015.

Figuras 6 e 7 - Diferenças do PIB *per capita* e da Produtividade por NUTS II em relação à média do país

(logaritmos; ordem crescente de 2000)



Especificamente as regiões Norte, Centro e Região Autónoma da Madeira apresentam, em 2015, aproximação à média do país nos dois indicadores, embora continuem a apresentar PIB *per capita* e produtividade inferiores ao país. A Região Autónoma dos Açores foi a região que apresentou maior aproximação do PIB *per capita* ao valor nacional, passando de -0,21 para -0,10, embora em termos de produtividade tenha divergido ligeiramente (-0,08 para -0,09). A Área Metropolitana de Lisboa, região que apresenta o maior PIB *per capita* e a maior produtividade, aproximou-se do valor médio do país nos dois indicadores em 2015.

Das restantes regiões, o Algarve divergiu nos dois indicadores e o Alentejo manteve a diferença do PIB *per capita* face ao país e afastou-se em relação à produtividade.

A análise comparativa das diferenças do PIB *per capita* e da produtividade em relação à média nacional no início e no fim do período em análise, em qualquer das dimensões territoriais, aponta para a existência de convergência económica, mas importa saber como se comportaram as regiões ao longo do período.

2. Análise da convergência Sigma e das taxas de crescimento

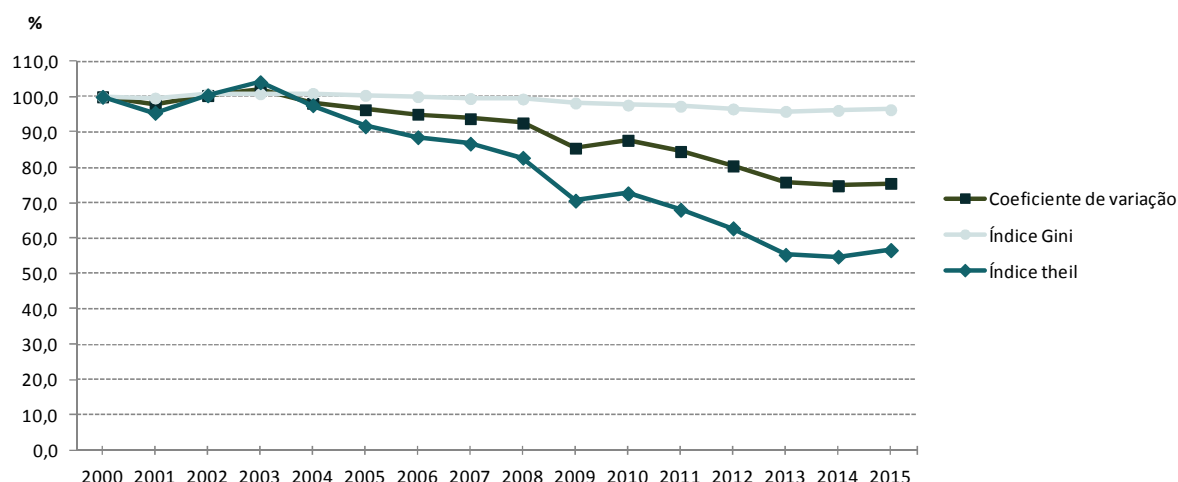
O estudo da convergência recorre frequentemente à análise dos conceitos de convergência Sigma e Beta, sendo que a primeira mede a dispersão do PIB *per capita*, ou produtividade entre economias (países ou regiões) ao longo do tempo, enquanto a última se debruça sobre a relação inversa entre o crescimento do rendimento/produtividade *per capita* e o seu nível inicial (Barro & Sala-i-Martin, *Empirical analysis of regional data sets*, 2004).

Por um lado, procura-se identificar períodos de convergência/divergência ao longo do tempo por via da convergência Sigma e, por outro, analisar as taxas de convergência entre regiões, através da convergência Beta absoluta, que prevê, à partida, maiores taxas de crescimento para as economias mais pobres. Estas medidas demonstram-se complementares mas não exclusivas, pois a convergência Beta é uma condição necessária mas insuficiente para a convergência Sigma.

Em termos analíticos, a convergência Sigma encontra-se associada ao coeficiente de variação, uma das medidas de desigualdade regional mais utilizada, para além dos Índices de Gini e de Theil, representados para o PIB *per capita* na figura 8.

Figura 8 - Convergência Sigma do PIB *per capita* por NUTS III

(Coeficiente de variação, Índice de Gini e Índice de Theil; 2000=100)

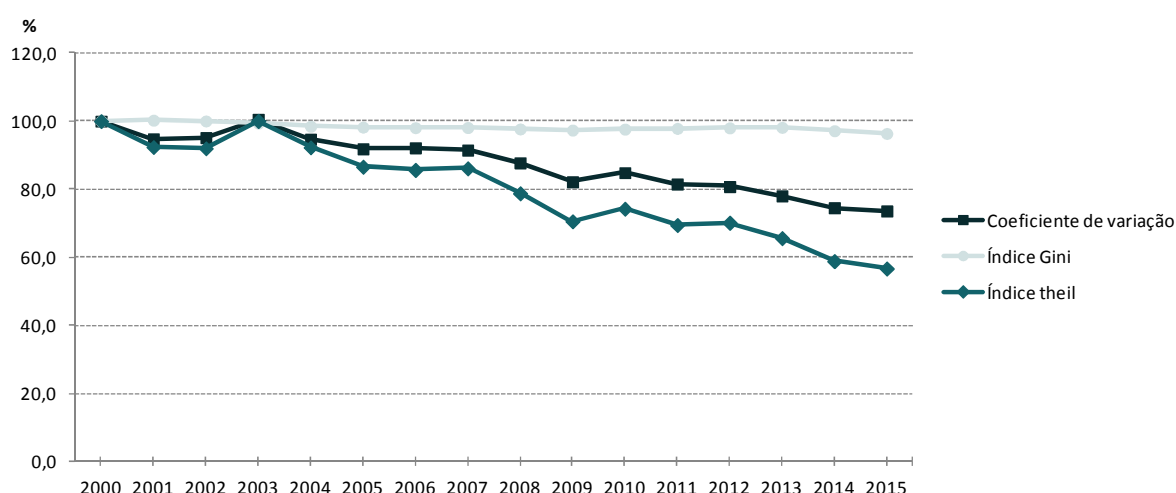


A leitura de qualquer dos três indicadores mostra que as assimetrias regionais do PIB *per capita* estão a atenuar-se progressivamente, em especial após 2008, apesar de um ligeiro agravamento em 2010. No período considerado, verificamos que houve um processo de convergência sigma ao nível da NUTS III, o coeficiente de variação diminuiu cerca de 25% e o Índice de Theil 43%. Também o Índice de Gini diminuiu aproximadamente 4%.

Análise semelhante pode ser feita em relação à produtividade, em que os três indicadores sugerem a existência de convergência ao longo do tempo, apesar de alguns pontos de divergência, especificamente nos anos de 2003, 2006 e 2010. No período considerado, verifica-se que o coeficiente de variação diminuiu cerca de 26% e o Índice de Theil 43%. Também o Índice de Gini diminuiu cerca de 4%. Ou seja, comportamentos muito semelhantes aos observados em termos de PIB *per capita*.

Figura 9 - Convergência Sigma da Produtividade por NUTS III

(Coeficiente de variação, Índice de Gini e Índice de Theil; 2000=100)

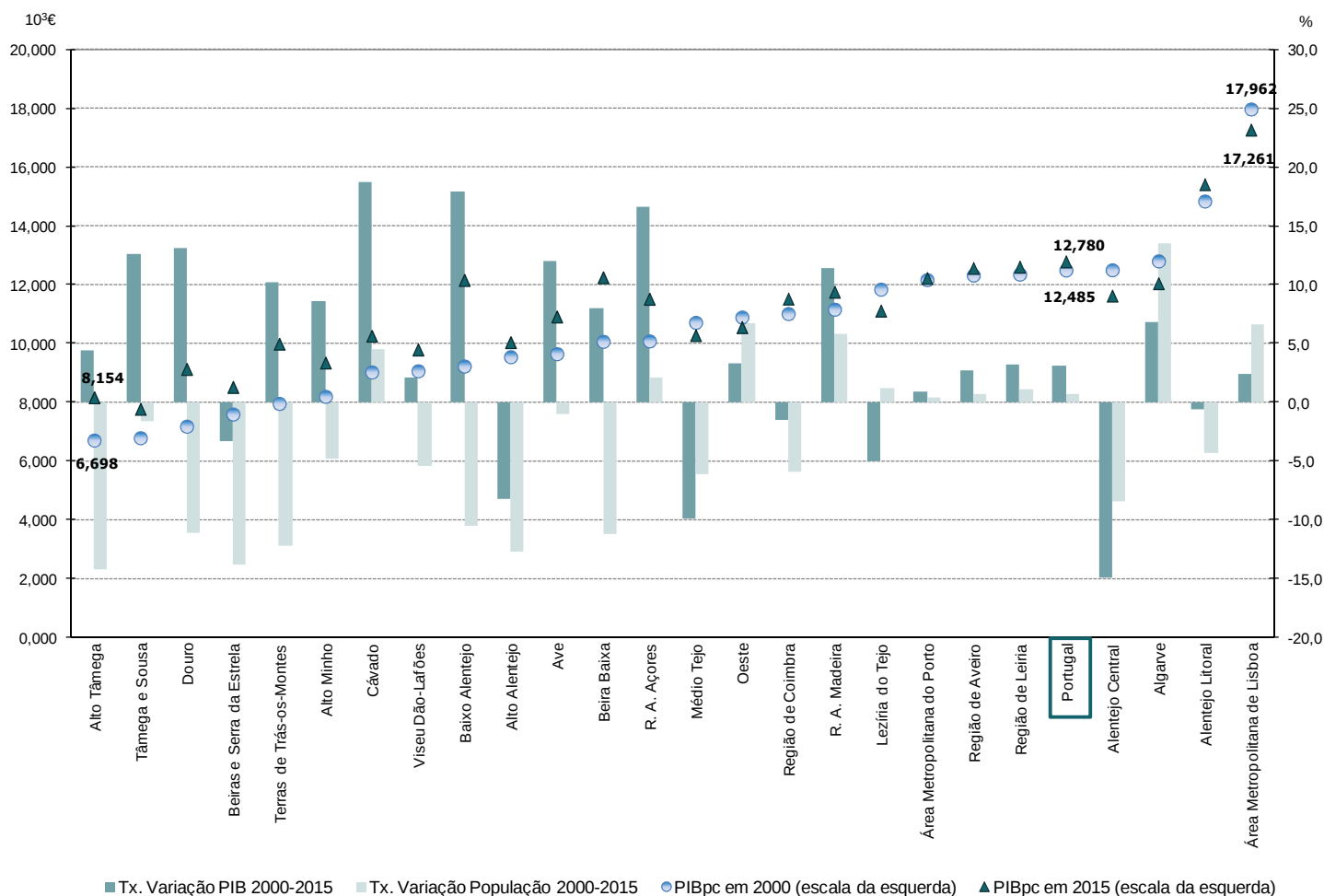


Importa avaliar, por um lado, se essa convergência foi comum à generalidade das regiões e, por outro, se a convergência observada no PIB *per capita* e na produtividade é explicada pelo crescimento do PIB em detrimento da população e do emprego.

Na figura 10 é apresentado o PIB *per capita* de cada NUTS III em 2000 e 2015, por ordem crescente da situação em 2000, bem como a decomposição da taxa de variação nas suas componentes PIB e População.

Figura 10 - PIB *per capita* em 2000 e 2015 por NUTS III, decomposição do crescimento nas suas componentes PIB e População

(PIB *per capita* de 2000 por ordem crescente)



No período de 2000 a 2015, em que se registou convergência Sigma, também se pode observar a existência de convergência Beta. De facto, nas 4 regiões com PIB *per capita* superior à média do país em 2000, observou-se uma diminuição deste indicador em 2015, com exceção do Alentejo litoral, que aumentou o respetivo PIB *per capita* por via da diminuição da população (-4,3%). A região com maior PIB *per capita* no início desse período, a Área Metropolitana de Lisboa, apresentou decréscimo do PIB *per capita* (-3,9%), enquanto as regiões mais pobres, onde se destacam sete NUTS III da região Norte, quatro NUTS III da região Centro, duas NUTS III da região do Alentejo e as Regiões Autónomas dos Açores (14,3%) e da Madeira (5,3%), apresentaram taxas de crescimento do PIB *per capita* muito superior à média do país (2,4%).

As regiões NUTS III com o PIB *per capita* menos expressivo, maioritariamente pertencentes à região Norte, apresentaram crescimentos claramente acima da média, em grande parte explicado pelo crescimento do PIB mas acompanhado pela diminuição da população, com exceção do Cávado cuja população também cresceu. Destaca-se assim o Alto Tâmega (21,7%), Tâmega e Sousa (14,4%), Douro (27,2%), Terras de Trás-os-Montes (25,5%), Alto

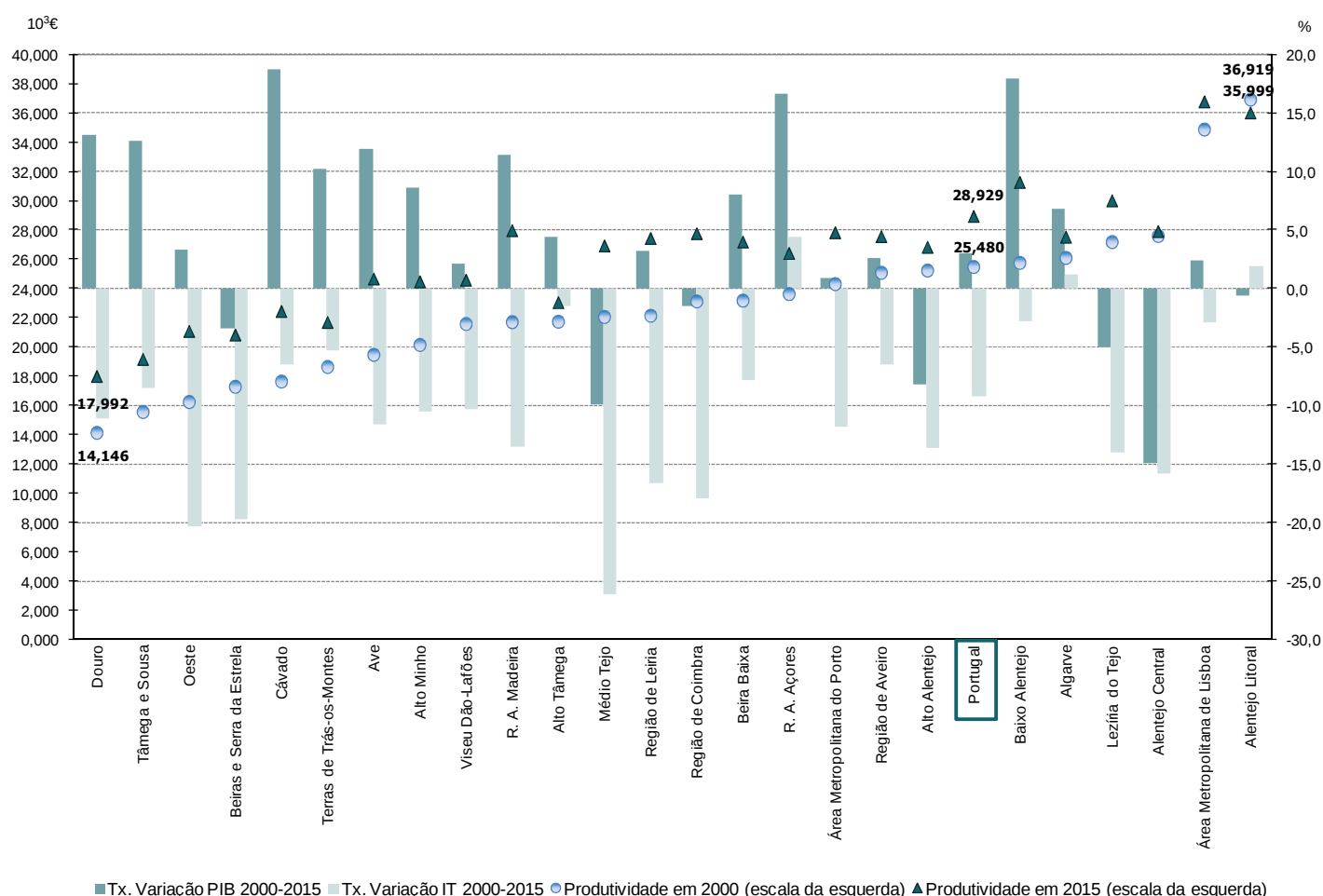
Minho (14,0%), Cávado (13,6%) e Ave (13,1%). A Área Metropolitana do Porto, cujo PIB *per capita* é significativamente superior às demais regiões que compõem a região Norte, apresentou apenas um ligeiro acréscimo deste indicador (0,5%) no período em análise, com o crescimento do PIB (0,9%) a superar o aumento da população (0,4%).

Assim, no conjunto das NUTS III, o crescimento económico das regiões indica convergência absoluta, embora com intensidades diferentes, e explicado distintamente pelos contributos resultantes das dinâmicas do PIB e da População.

Importa ainda referir que entre 2000 e 2015, o crescimento económico de Portugal foi apenas 3,0%, acompanhado por um aumento populacional muito pouco expressivo (0,7%), o que se traduziu no crescimento de 2,4% do PIB *per capita*, correspondendo a 12 485 € em 2000 e 12 780 € em 2015.

Figura 11 - Produtividade em 2000 e 2015 por NUTS III, decomposição do crescimento nas suas componentes: PIB e Indivíduos Totais

(Produtividade de 2000 por ordem crescente)



Relativamente à produtividade e decomposição do crescimento nas suas componentes PIB e Emprego (Indivíduos Totais), é possível igualmente referir a existência de convergência Beta no período em análise.

Com efeito, das 19 regiões NUTS III com produtividade inferior à nacional em 2000, todas apresentavam produtividade mais elevada em 2015, com taxas de variação superiores ao país (13,5%), com exceção do Alto Tâmega (6,0%), do Alto Alentejo (6,3%), da Região de Aveiro (9,8%) e da Região Autónoma dos Açores (11,7%). Para essa melhoria contribuiu, na maioria das regiões, simultaneamente o aumento do PIB e o decréscimo do emprego. Nas regiões Beiras e Serra da Estrela, Médio Tejo, Região de Coimbra e Alto Alentejo, o decréscimo do PIB foi compensado por uma diminuição mais intensa do emprego.

A região Alentejo Litoral, que apresentava a maior produtividade no início do período (36 919 €), foi a única a registar um valor inferior (-2,5%) em 2015, em resultado da ligeira diminuição do PIB (-0,6%) e do aumento de emprego (1,9%).

O crescimento económico de 3,0%, e a diminuição significativa do emprego (-9,2%) contribuíram decisivamente para a variação da produtividade, que passou de 25 480 € em 2000 para 28 929 € em 2015, correspondendo a um aumento de 13,5%.

3. Convergência real no contexto europeu

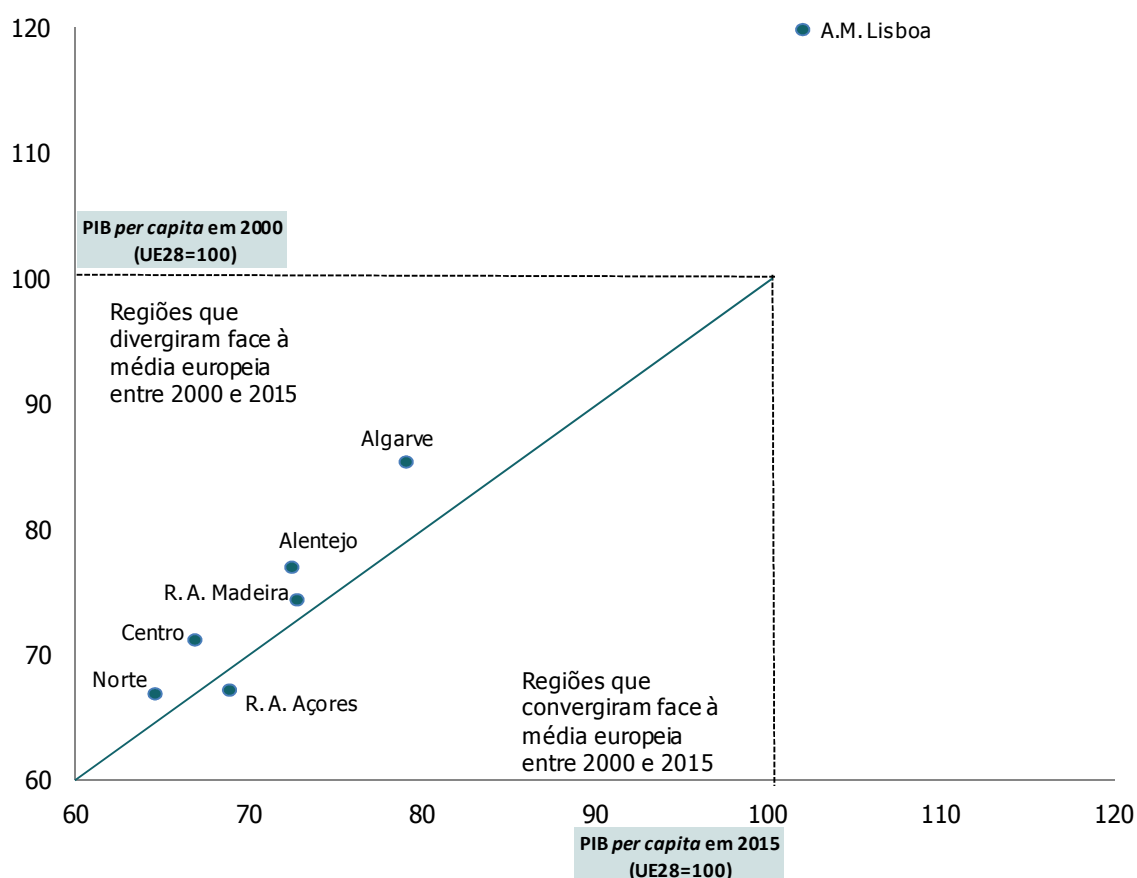
A análise da evolução da convergência económica no período 2000-2015, em termos de PIB *per capita* expresso em paridades de poder de compra (PPC), das regiões portuguesas ao nível das NUTS II e III face à União Europeia (UE28), não é homogénea e revela persistência de assimetrias regionais.

A apreciação destas assimetrias deve ter em conta que a conversão de euros para PPC, aplicável no quadro de regulamentação da União Europeia, é feita uniformemente para todas as regiões de cada Estado membro, não sendo contempladas as diferenças de preços relativos ao nível de NUTS II ou NUTS III.

Das sete regiões NUTS II, apenas a Área Metropolitana de Lisboa registou um PIB *per capita* acima da média europeia tendo, contudo, diminuído esse valor nos últimos 15 anos.

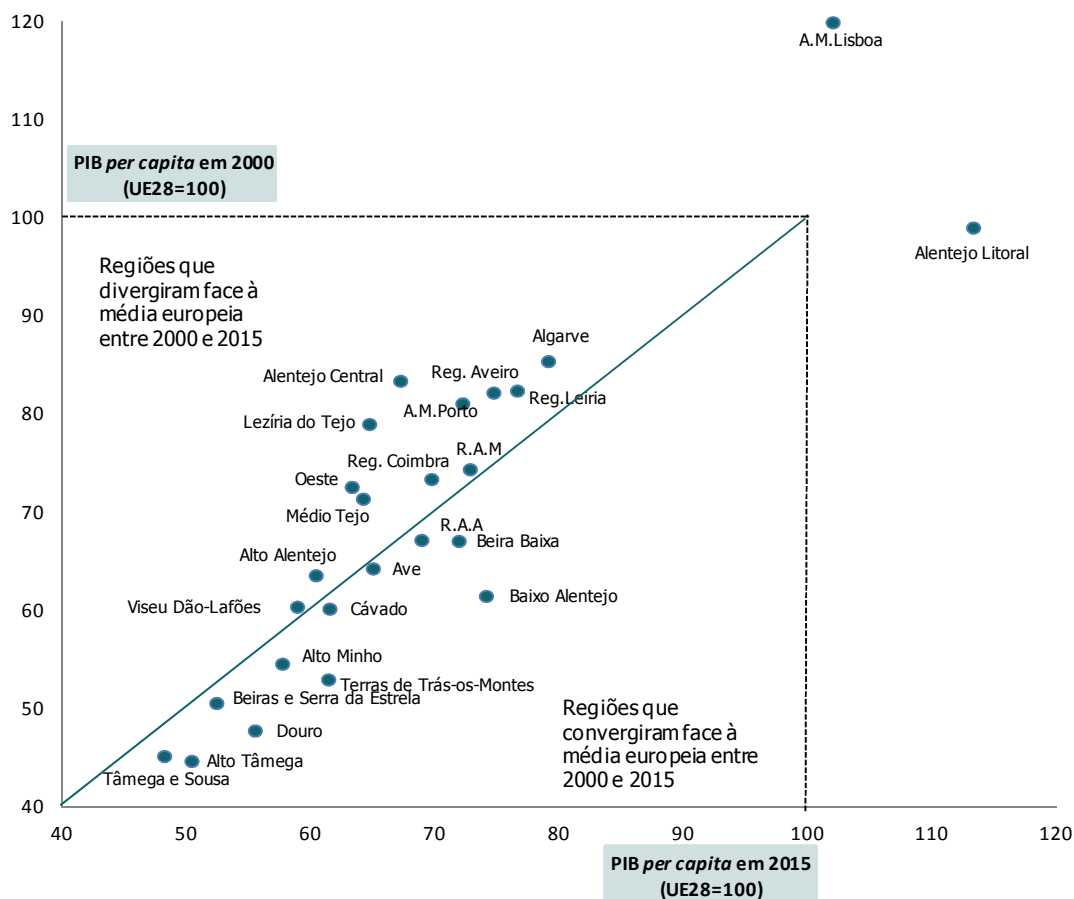
Entre 2000 e 2015 apenas a Região Autónoma dos Açores registou uma trajetória de convergência com a União Europeia, uma vez que a diferença do PIB *per capita* face à média europeia diminuiu ligeiramente (passando o índice de 67,3 para 68,9), como pode ser observado na figura 12.

Figura 12 – Convergência do PIB *per capita* em PPC por NUTS II (UE28=100)



Considerando as regiões portuguesas NUTS III, a dinâmica do PIB *per capita* permite concluir que 11 das 25 regiões registaram convergência com a União Europeia no período em estudo, entre as quais todas as regiões NUTS III da região Norte, exceto a Área Metropolitana do Porto, bem como duas regiões NUTS III da região Centro (Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela), o Baixo Alentejo e a Região Autónoma dos Açores. A maioria destas regiões eram as mais pobres do país, em 2000, com PIB *per capita* inferior a 65% da média europeia.

Figura 13 – Convergência do PIB *per capita* em PPC por NUTS III (UE28=100)



Pelo contrário, as regiões NUTS III que, em 2000, apresentavam PIB *per capita* mais elevado, acima de 75% da média europeia, divergiram: Algarve (2000: 85,5; 2015: 79,1), Alentejo Central (2000: 83,5; 2015: 67,2), Região de Leiria (2000: 82,5; 2015: 76,6), Região de Aveiro (2000: 82,3; 2015: 74,7), Área Metropolitana do Porto (2000: 81,2; 2015: 72,2) e Lezíria do Tejo (2000: 79,1; 2015: 64,7). A região do Alentejo Litoral afastou-se da média europeia (2000: 99,1; 2015: 113,3) e a Área Metropolitana de Lisboa aproximou-se (2000: 120,0; 2015: 102,0).

Conclui-se, assim que, entre 2000 e 2015, se verificou uma aproximação à média europeia das regiões NUTS III mais pobres, mas um afastamento das regiões mais ricas, com Portugal a registar um afastamento face à UE28, passando de um índice de 83,4% em 2000 para 76,8% em 2015.

Dinâmicas de crescimento económico regional no período 2000 a 2015

No quadro 1 consta os resultados de aplicação da metodologia shift-share dinâmica (ver caixa abaixo) de decomposição territorial da taxa de crescimento médio do VAB, em volume, no período 2000 a 2015. Esses resultados evidenciam a decomposição do crescimento económico regional, separando efeitos nacionais e locais, tendo em vista identificar os principais determinantes e perceber se estes estão mais associados a vantagens competitivas locais, à especialização em ramos mais dinâmicos (ou menos dinâmicos) ou se simplesmente espelham o desempenho económico geral. O quadro 1 inclui ainda, para o período 2000 a 2015, dados, em volume, da decomposição pelo método de Shapley⁵ do crescimento médio do VAB em função do crescimento médio da produtividade por hora trabalhada e do número médio de horas de trabalho.

A **decomposição Shift-Share** é um método analítico desenvolvido por Daniel Creamer (1943)⁶ e conceptualizado por Edgar Dunn (1960)⁷, que consiste na decomposição do crescimento económico regional nos distintos fatores determinantes (nacionais e locais) desse crescimento. Os resultados apresentados baseiam-se na reformulação da versão clássica desenvolvida por Esteban Marquillas (1972)⁸, em que a variação da produção regional, medida pela taxa de crescimento em volume do VAB, é decomposta nos seguintes fatores:

- **Efeito geral**, referente à parte do crescimento local induzido pela dinâmica de crescimento económico nacional. Corresponde ao crescimento que se observaria na economia regional, caso todos os seus ramos crescessem ao mesmo ritmo de crescimento da economia nacional.

- **Efeito estrutural**, respeitante à parte do crescimento local induzido pelo facto do grau de concentração setorial favorecer os ramos que crescem mais (ou menos) do que o conjunto da economia.

- **Efeito competitividade** ou efeito regional, correspondente ao diferencial de crescimento induzido pelo facto de em determinados ramos a região crescer mais rapidamente (ou menos rapidamente) do que é observado no plano nacional. Este efeito (competitividade) é ainda decomposto nos seguintes componentes:

- **Competitividade-diferenciação**, referente ao impacto que os diferenciais de crescimento induziriam na economia da região caso esta apresentasse uma estrutura setorial idêntica à da economia nacional.

- **Competitividade-especialização**, que afere o impacto do grau em que os diferenciais de crescimento ocorreram em ramos em que a região é mais (ou menos) especializada.

A **análise shift-share dinâmica** é uma metodologia desenvolvida por Richard Barff e Prentice Knight (1988)⁹ pela qual se procede à decomposição no mesmo tipo de fatores do modelo estático de Esteban-Marquillas, mas em contraste com este método, que considera apenas a informação do início e fim do período de análise, o modelo dinâmico permite filtrar os resultados de efeitos conjunturais, entrando em linha de conta com as flutuações de crescimento registadas ao longo do período de análise e comparando em contínuo cada ano em relação ao ano anterior.

⁵ Em conformidade com o procedimento desenvolvido por Anthony Shorrocks (1999): Decomposition Procedures for Distributional Analysis: A Unified Framework Based on the Shapley Value. University of Essex: mimeo.

⁶ Creamer, D. (1943): Shifts of Manufacturing Industries in Industrial Location and National Resources. Washington: Government Printing Office.

⁷ Dunn, E. (1960): A statistical and analytical technique for regional analysis. Papers and proceedings of the Regional Science Association, 6, 97-112.

⁸ Marquillas, E. (1972): A reinterpretation of shift-share analysis. Regional and Urban Economics, 2(3), 249-261.

⁹ Barff, R., & Knight, P. (1988): Dynamic Shift-Share Analysis. Growth and Change, 19 (2), 1-10.

Quadro 1 - Decomposição Shift-Share do crescimento médio em volume do VAB por NUTS III no período 2000 a 2015 (%)

NUTS	Região	Taxa de variação total	Taxa de variação líquida	Decomposição shift-share				Contribuição do fator trabalho	
				Fator estrutural	Fator competitividade			Horas trabalho	Produtividade
					Global	Diferenciação	Especialização		
	Portugal	0,366	-	-	-	-	-	-0,782	1,148
111	Alto Minho	0,717	0,351	-0,292	0,643	0,286	0,357	-0,948	1,665
112	Cávado	1,326	0,960	-0,363	1,323	0,427	0,896	-0,585	1,911
119	Ave	0,938	0,572	-0,236	0,808	0,403	0,405	-0,828	1,766
11A	Área Metropolitana do Porto	0,234	-0,131	0,007	-0,138	0,025	-0,163	-0,998	1,233
11B	Alto Tâmega	0,474	0,108	-0,205	0,313	0,447	-0,134	-0,396	0,869
11C	Tâmega e Sousa	0,970	0,604	-0,540	1,145	0,406	0,739	-0,786	1,756
11D	Douro	0,991	0,625	-0,236	0,861	0,343	0,518	-1,359	2,350
11E	Terras de Trás-os-Montes	0,849	0,484	-0,301	0,785	0,431	0,354	-0,845	1,695
16B	Oeste	0,383	0,017	-0,202	0,219	0,372	-0,153	-1,806	2,188
16D	Região de Aveiro	0,342	-0,024	-0,140	0,116	0,055	0,061	-0,725	1,067
16E	Região de Coimbra	0,065	-0,300	-0,144	-0,156	0,201	-0,358	-1,487	1,553
16F	Região de Leiria	0,385	0,019	-0,346	0,365	0,379	-0,014	-1,372	1,756
16G	Viseu Dão-Lafões	0,309	-0,057	-0,275	0,218	0,387	-0,170	-0,914	1,222
16H	Beira Baixa	0,693	0,327	-0,153	0,480	0,433	0,048	-0,852	1,545
16I	Médio Tejo	-0,525	-0,891	-0,192	-0,698	0,272	-0,970	-2,136	1,611
16J	Beiras e Serra da Estrela	-0,064	-0,429	-0,247	-0,183	0,429	-0,611	-1,691	1,628
170	Área Metropolitana de Lisboa	0,322	-0,043	0,282	-0,325	-0,329	0,004	-0,241	0,563
181	Alentejo Litoral	0,308	-0,057	-0,298	0,240	1,046	-0,805	0,161	0,147
184	Baixo Alentejo	1,321	0,956	-0,437	1,392	0,912	0,481	-0,326	1,647
185	Lezíria do Tejo	-0,163	-0,528	-0,158	-0,370	0,244	-0,613	-1,171	1,008
186	Alto Alentejo	-0,397	-0,762	-0,123	-0,639	0,218	-0,857	-0,971	0,574
187	Alentejo Central	-0,888	-1,254	-0,182	-1,071	0,572	-1,643	-1,304	0,416
150	Algarve	0,623	0,257	-0,040	0,297	-0,043	0,340	0,037	0,586
200	R. A. Açores	1,205	0,840	-0,108	0,948	0,107	0,841	0,032	1,173
300	R. A. Madeira	0,902	0,536	-0,219	0,756	0,389	0,366	-1,012	1,914

Quadro 2 - Decomposição do crescimento médio da produtividade do trabalho por NUTS III no período 2000 a 2015 (%)

NUTS	Região	Crescimento da produtividade do trabalho	Efeito da redistribuição intersectorial	Variação da produtividade intrasectorial										
				Total	Ramos de atividade									
					01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
	Portugal	1,157	0,410	0,747	0,089	0,431	0,011	0,114	-0,017	0,191	0,061	-0,041	-0,112	0,020
111	Alto Minho	1,690	0,572	1,118	0,099	0,850	0,081	-0,047	0,004	0,149	0,052	-0,022	-0,095	0,047
112	Cávado	1,927	0,729	1,198	0,112	0,765	0,225	0,148	-0,018	0,078	-0,008	-0,020	-0,142	0,059
119	Ave	1,775	0,429	1,346	0,049	1,073	0,093	0,124	-0,007	0,067	0,034	-0,004	-0,118	0,035
11A	Área Metropolitana do Porto	1,241	0,374	0,866	0,032	0,692	-0,010	0,030	-0,009	0,138	0,111	-0,024	-0,108	0,015
11B	Alto Tâmega	0,874	0,395	0,479	0,089	0,427	0,013	0,079	-0,037	0,159	-0,026	-0,027	-0,262	0,064
11C	Tâmega e Sousa	1,769	0,392	1,377	0,038	0,619	0,234	0,176	0,003	0,079	0,255	0,036	-0,109	0,046
11D	Douro	2,381	0,715	1,666	0,280	0,426	0,237	0,321	0,017	0,142	0,134	0,056	-0,004	0,056
11E	Terras de Trás-os-Montes	1,709	0,779	0,930	0,203	0,761	-0,097	0,399	-0,045	0,151	-0,186	-0,061	-0,256	0,061
16B	Oeste	2,229	1,194	1,035	0,332	0,469	0,045	-0,025	-0,013	0,057	0,129	0,013	0,021	0,008
16D	Região de Aveiro	1,076	0,277	0,799	0,076	0,809	-0,018	0,039	-0,048	0,081	0,099	-0,041	-0,213	0,015
16E	Região de Coimbra	1,570	0,402	1,168	0,121	0,639	0,080	0,181	-0,014	0,060	0,257	0,028	-0,169	-0,015
16F	Região de Leiria	1,778	0,740	1,038	0,166	0,466	0,100	0,078	-0,018	0,087	0,086	-0,001	0,060	0,015
16G	Viseu Dão-Lafões	1,238	0,467	0,771	0,072	0,458	0,096	0,067	-0,006	0,104	0,068	-0,012	-0,079	0,003
16H	Beira Baixa	1,566	0,224	1,342	-0,045	0,884	0,048	0,499	-0,098	0,111	0,098	-0,069	-0,130	0,043
16I	Médio Tejo	1,637	0,666	0,971	0,260	0,500	0,061	-0,076	-0,035	0,065	0,242	0,036	-0,107	0,025
16J	Beiras e Serra da Estrela	1,646	0,751	0,895	0,068	0,554	0,003	0,279	-0,093	0,156	-0,028	-0,033	-0,035	0,025
170	Área Metropolitana de Lisboa	0,572	0,085	0,487	0,008	0,252	-0,050	0,210	-0,019	0,332	-0,045	-0,101	-0,114	0,014
181	Alentejo Litoral	0,146	-0,273	0,419	-0,039	0,173	0,053	0,292	0,027	0,050	-0,032	-0,046	-0,115	0,056
184	Baixo Alentejo	1,681	0,375	1,305	0,069	0,708	0,313	0,077	0,045	0,065	0,052	0,024	-0,072	0,024
185	Lezíria do Tejo	1,029	0,164	0,865	0,220	0,215	0,035	0,095	-0,013	0,082	0,257	-0,012	-0,038	0,024
186	Alto Alentejo	0,587	0,007	0,580	-0,043	0,250	0,025	0,010	0,032	0,076	0,384	0,026	-0,211	0,030
187	Alentejo Central	0,438	0,412	0,026	0,046	-0,246	0,044	0,037	0,008	0,055	0,156	-0,006	-0,079	0,010
150	Algarve	0,607	0,117	0,489	0,097	0,099	-0,104	0,102	0,009	0,131	0,237	-0,013	-0,130	0,062
200	R. A. Açores	1,197	0,715	0,483	0,591	0,282	0,033	0,104	0,024	0,084	-0,179	-0,020	-0,462	0,026
300	R. A. Madeira	1,924	0,671	1,253	0,215	0,355	0,077	-0,137	0,002	0,220	0,278	0,081	0,168	-0,006

Os resultados apresentados respeitam à média das taxas de crescimento anual registadas no período 2000 a 2015. O procedimento de decomposição em fatores de crescimento foi implementado tendo por base a desagregação em ramos de atividade A10 da nomenclatura de contas nacionais, conforme tabela seguinte:

Código	Ramo
01	Agricultura, silvicultura e pesca
02	Indústria e energia
03	Construção
04	Comércio, transportes, alojamento e restauração
05	Atividades de informação e comunicação
06	Atividades financeiras e de seguros
07	Atividades imobiliárias
08	Serviços prestados às empresas
09	Administração pública, defesa, saúde e educação
10	Outros serviços

A taxa de variação líquida do VAB (quadro 1), em volume, corresponde ao desvio entre a taxa de variação regional e a taxa de variação nacional, a qual se decompõe nos fatores estrutural e competitividade. Os resultados permitem diferenciar três tipos de regiões: regiões com crescimento negativo, regiões com crescimento positivo, mas abaixo da média nacional, e regiões com taxas de crescimento acima da média nacional.

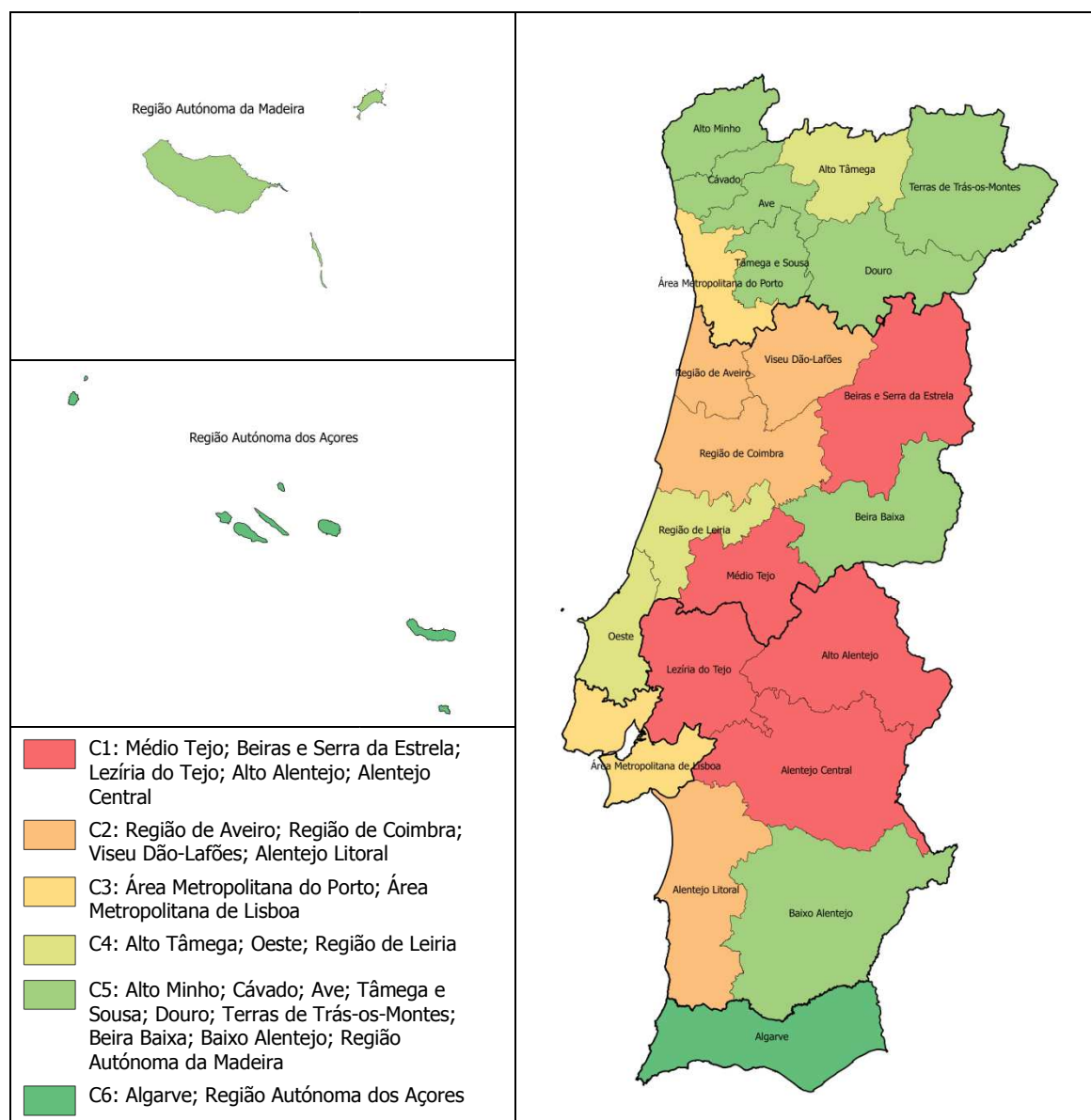
O quadro 1 inclui ainda, por região NUTS III, a decomposição de Shapley das taxas de crescimento médio do VAB em volume em função do contributo induzido pelo crescimento médio do número de horas trabalhadas e da produtividade por hora de trabalho.

Para uma leitura mais detalhada do crescimento da produtividade do trabalho, o quadro 2 disponibiliza os dados de decomposição sectorial, pelo método de Shapley, separando o efeito das alterações na estrutura de repartição setorial das horas trabalhadas do efeito das dinâmicas setoriais de crescimento da produtividade.

No cartograma constante da figura 1 está representada a categorização (holística) das regiões NUTS III em seis classes de regiões com dinâmicas de crescimento distintas, registadas, em termos médios, no período 2000 a 2015:

- Cinco regiões (grupo C1) com taxas de crescimento negativo, determinadas por fatores estruturais e de competitividade negativos;
- Seis regiões (grupos C2 e C3) com crescimento positivo abaixo de média nacional, distinguindo-se:
 - o Quatro regiões (grupo C2) cujas dinâmicas de crescimento foram negativamente influenciadas por fatores estruturais, não obstante a influência positiva dos fatores de competitividade-diferenciação;
 - o Duas regiões (grupo C3) cujas dinâmicas de crescimento, apesar da influência positiva dos fatores estruturais, foram negativamente influenciadas pelos fatores de competitividade;
- Catorze regiões (grupos C4 a C6) com taxas de crescimento acima da média nacional, distinguindo-se:
 - o Três regiões (grupo C4), em que o efeito positivo da competitividade-diferenciação permitiu compensar a influência negativa dos fatores estruturais e da competitividade-especialização;
 - o Nove regiões (grupo C5) com influência negativa de fatores estruturais, mas beneficiando do efeito positivo dos fatores de competitividade-diferenciação e competitividade-especialização;
 - o Duas regiões (grupo C6), em que os fatores estruturais tiveram uma influência negativa residual, sendo de destacar a influência positiva dos fatores de competitividade-especialização.

Figura 1
Categorização das regiões NUTS III segundo as dinâmicas de crescimento real do VAB no período 2000 a 2015



Regiões com crescimento negativo

Cinco regiões NUTS III registaram, ao longo do período 2000 a 2015, taxas médias de crescimento real do VAB negativo: Médio Tejo (-0,53%), Beiras e Serra da Estrela (-0,06%), Lezíria do Tejo (-0,16%), Alto Alentejo (-0,40%) e Alentejo Central (-0,89%). Essa evolução negativa deveu-se a fatores estruturais, agravados por perdas de competitividade, sobretudo nos principais ramos de atividade económica regional. A retração económica registada neste conjunto de regiões foi determinada fundamentalmente pela diminuição do volume de trabalho, não obstante o crescimento registado na produtividade do fator trabalho.

O crescimento da produtividade do trabalho permitiu ganhos de competitividade-diferenciação que, contudo, não foram suficientes para compensar as perdas de competitividade-especialização decorrentes de estruturas produtivas regionais desfavoráveis. Os ganhos de produtividade do Médio Tejo, Beiras e Serra da Estrela, Lezíria do Tejo e Alto Alentejo foram sobretudo determinados pelo ramo indústria e energia. Além do contributo da indústria e energia é de sublinhar o crescimento da produtividade na agricultura, silvicultura e pesca e nas atividades imobiliárias do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, no comércio, transportes, alojamento e restauração das Beiras e Serra da Estrela e nas atividades imobiliárias do Alto Alentejo. Os ganhos de produtividade registados no Alentejo Central deveram-se fundamentalmente a efeitos de redistribuição intersectorial.

Regiões com crescimento abaixo da média nacional

Seis regiões NUTS III registaram, no período 2000 a 2015, taxas de crescimento real do VAB positivo, mas inferiores à registada no plano nacional (0,37%), cuja evolução foi influenciada por dois tipos de fatores distintos: a Região de Aveiro (0,34%), Região de Coimbra (0,07%), Viseu Dão-Lafões (0,31%) e Alentejo Litoral (0,31%) constituem um grupo de regiões cujo crescimento foi condicionado por fatores estruturais relacionados com o modelo de especialização produtiva, parcialmente compensados por efeitos de competitividade-diferenciação positivos; também com taxas médias de crescimento abaixo da média nacional, mas influenciadas positivamente por fatores estruturais e negativamente por fatores relacionados com a quebra de competitividade, assinala-se a evolução registada na Área Metropolitana do Porto (0,23%) e na Área Metropolitana de Lisboa (0,32%), cujas dinâmicas económicas foram distintamente condicionadas, respetivamente, por fatores de competitividade-especialização (AMP) e de competitividade-diferenciação (AML).

O crescimento económico foi positivamente induzido pela evolução da produtividade do trabalho, para a qual o contributo da indústria e energia foi decisivo em todas as seis regiões assinaladas. Será ainda de assinalar o contributo positivo do crescimento da produtividade no comércio, transportes, alojamento e restauração na Região de Coimbra, Alentejo Litoral e Área Metropolitana de Lisboa. O desempenho económico deste grupo de regiões foi também influenciado positivamente pelo crescimento da produtividade das atividades financeiras e de seguros da Área Metropolitana de Lisboa e pelo crescimento da produtividade das atividades imobiliárias da Região de Coimbra.

Regiões que mais cresceram

Catorze regiões NUTS III registaram, no período 2000 a 2015, as taxas de crescimento real do VAB mais elevadas, as quais foram agrupadas em função das especificidades de crescimento observadas: um primeiro grupo inclui o Alto Tâmega (0,47%), o Oeste (0,38%) e a Região de Leiria (0,39%); um segundo grupo agrupa as regiões do Alto Minho (0,72%), Cávado (1,33%), Ave (0,94%), Tâmega e Sousa (0,97%), Douro (0,99%), Terras de Trás-os-Montes (0,85%), Beira Baixa (0,69%), Baixo Alentejo (1,32%) e Região Autónoma da Madeira (0,90%); finalmente, é constituído um grupo formado pelo Algarve (0,62%) e Região Autónoma dos Açores (1,21%). A performance registada nestes três grupos de regiões deveu-se em geral a fatores de competitividade, já que os fatores estruturais pesaram negativamente de forma generalizada.

Entre as regiões que mais cresceram, as taxas de crescimento menos elevadas foram registadas no Alto Tâmega, Oeste e Região de Leiria. Neste conjunto de regiões os fatores de competitividade compensaram apenas marginalmente a influência negativa dos fatores estruturais. Com efeito, os fatores de competitividade foram determinados pela evolução positiva dos fatores de competitividade-diferenciação, influência que foi negativamente contrariada pelos fatores de competitividade-especialização. É uma situação distinta das restantes regiões que cresceram acima da média nacional e que registaram efeitos competitividade-especialização positivos. Será ainda de destacar os casos do Algarve e Região Autónoma dos Açores, regiões em que os fatores estruturais, apesar de negativos, tiveram uma influência meramente residual.

O crescimento económico deste grupo de regiões foi determinado fundamentalmente pela evolução da produtividade do trabalho. Apenas o Algarve e Região Autónoma dos Açores registaram, no período em análise, um incremento no número de horas trabalhadas. O crescimento da produtividade da indústria e energia foi um dos fatores determinantes da evolução da produtividade global deste conjunto de catorze regiões com taxas de crescimento mais elevadas. Será também de destacar o crescimento da produtividade no ramo da agricultura, silvicultura e pesca do Douro, Terras de Trás-os-Montes, Oeste, Região de Leiria, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores, no ramo da construção do Cávado, Tâmega e Sousa, Douro e Baixo Alentejo, no comércio, transportes, alojamento e restauração do Tâmega e Sousa, Douro, Terras de Trás-os-Montes e Beira Baixa, nas atividades financeiras e de seguros da Região Autónoma da Madeira e nas atividades imobiliárias do Tâmega e Sousa, Região Autónoma da Madeira e Algarve.